



LICENÇA DE OPERAÇÃO

Nº 02/2016

O Município de Pejuçara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 87.566.188/0001-18 com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 597, Pejuçara/RS – CEP 98.270-000, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução CONSEMA nº 158/2007 e Lei Complementar nº 140/2011, e baseado na Lei Federal nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/1990, e nas Leis municipais vigentes, e com base nos autos do protocolo municipal nº 151/2015, expede a presente **LICENÇA DE OPERAÇÃO**, nas condições e restrições abaixo especificadas:

EMPREENDEDOR: EMPREITEIRA PEDRAS BASALTO LTDA

CNPJ: 04.376.123/0001-82

ENDEREÇO: LINHA CAXAMBU - INTERIOR

MUNICÍPIO: PEJUÇARA/RS

CODRAM: 530-08

PORTE: MÍNIMO

POTENCIAL POLUIDOR: ALTO

Relativo à atividade de LAVRA DE ROCHA (BASALTO) PARA USO IMEDIATO NA CONSTRUÇÃO CIVIL - A CÉU ABERTO, COM USO DE EXPLOSIVOS, SEM BRITAGEM E COM RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA, com área útil a ser minerada de 1,0 hectare, em área localizada em LINHA CAXAMBU, S/N, área rural, do município de PEJUÇARA, sob as seguintes coordenadas geográficas Lat 28°23'19"047 e Long 53°31'55"724.

Projeto Técnico:

FELIPE MARTINS BARCELOS NASCIMENTO – GEÓLOGO – CREA/RS 198.904 – ART Nº 7266108;

COM AS SEGUINTESS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

1. Quanto ao empreendimento:

1.1- A Jazida somente poderá operar com a Licença de Operação e após a emissão do Registro de Licença emitido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM;

1.2- A Licença de Operação autoriza a extração de basalto a céu aberto com a recuperação da área degradada;

1.3- Manter o pessoal de operação informado quanto à perfeita implementação das condições e restrições da presente licença;



ADM 2013-2016

Realizando Para Todos



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Pejuçara

- 1.4-** Deverão ser destacados marcos de concreto, ou de madeira resistente, pintados em cor de fácil visualização em cada um dos vértices do polígono licenciado pelo DNPM;
- 1.5-** A disposição das pilhas de minério beneficiado deverá ser mantida na área delimitada, sendo realizado um controle efetivo para que sejam evitados processos de erosão ou deslizamentos;
- 1.6-** A deposição de estéreis e rejeitos deverá ser mantida na área delimitada para tal, sendo realizado controle efetivo para que sejam evitados processos de erosão ou deslizamentos, devendo ser implantado imediatamente sistema de contenção de material oriundo de erosão a partir do momento em que for constatada a mesma;
- 1.7-** As caçambas dos caminhões de transporte deverão estar obrigatoriamente cobertas com lonas, evitando assim queda do material transportado ao trafegarem em vias públicas;
- 1.8-** A área de operações deverá estar protegida do acesso de pessoas estranhas, objetivando evitar a utilização indiscriminada por terceiros para depósito de resíduos;
- 1.9-** As áreas de oficina, lavagem e lubrificação de veículos e equipamentos, ainda que situadas fora da área de beneficiamento, deverão ser dotadas de piso de concreto impermeável com canaleta coletora de águas residuais que envie esses efluentes a um sistema separador água-óleo;
- 1.10-** A equipe da frente de lavra deverá usar obrigatoriamente os EPIs - equipamentos de proteção individual durante a atividade de lavra e no sistema de beneficiamento conforme determina a legislação trabalhista.

2. Quanto à Lavra:

2.1- A lavra terá início na cota 438 (praça da mina):

2.1.1 As bancadas terão 10 m de altura cada uma e berma de 4 m, no mínimo;

2.1.2 A área do pit é de 1,0 ha;

2.1.3 O material estéril retirado, como o basalto alterado, deverá ser aproveitado na construção de mureta de proteção ao longo da estrada vicinal;

2.1.4 O solo orgânico removido será preservado no local indicado na planta planialtimétrica apresentada no PCA, para futuro aproveitamento;

2.1.5 A área licenciada está limitada pelas coordenadas que seguem:

COORDENADAS GEOGRÁFICAS SIRGAS 2000		
VÉRTICE	LATITUDE	LONGITUDE
1	-28°23'19"047	-53°31'55"724
2	-28°23'19"047	-53°31'57"701
3	-28°23'17"722	-53°31'57"701
4	-28°23'17"722	-53°31'58"054
5	-28°23'14"990	-53°31'58"054
6	-28°23'14"991	-53°31'54"752



ADM 2013 - 2016

Realizando Para Todos



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Pejuçara

7	-28°23'17"784	-53°31'54"752
8	-28°23'17"784	-53°31'54"974
9	-28°23'18"097	-53°31'54"974
10	-28°23'18"097	-53°31'55"724
11	-28°23'19"047	-53°31'55"724

3. Quanto à cobertura vegetal

- 3.1-** Fica proibida a utilização de fogo e de processos químicos para todas as formas de intervenções na vegetação nativa, também fica vedada a queima a céu aberto de resíduos de qualquer natureza;
- 3.2-** O documento licenciatório não autoriza a supressão, ou manejo de vegetação nativa em qualquer estágio de regeneração, inicial, médio ou avançado dentro da área licenciada;
- 3.3-** O documento licenciatório não autoriza a supressão de vegetação imune ao corte (Lei estadual 9.519/1992) e intervenção em Áreas de Preservação Permanente (APP);
- 3.4-** Se houver necessidade de supressão de vegetação deverá ser solicitado o alvará florestal junto ao órgão ambiental competente.

4. Quanto à preservação e conservação ambiental:

- 4.1-** Deverão ser mantidas e preservadas as Áreas de Preservação Permanente - APP's definidas no código florestal, nas Resoluções CONAMA n.º 302/2002, de 20 de março de 2002, e CONAMA n.º 303/2002, de 20 de março de 2002, Leis Estaduais n.º 9.519, de 21 de janeiro de 1992 (Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul) e n.º 11.520 de 03 de agosto de 2000 (Código Estadual do Meio Ambiente) bem como na através da Diretriz Técnica nº 001/2010 – DIRTEC/FEPAM.

5. Quanto à Compensação e Mitigação:

- 5.1-** O projeto de recuperação de áreas degradadas deverá ser implantado concomitantemente a atividade minerária;
- 5.2-** A suspensão temporária da atividade minerária não implica na paralisação da implantação das medidas de controle ambiental previstas na presente licença;
- 5.3-** Não dispor ou colocar rejeitos nas encostas, sobre vegetação nativa ou nas margens dos cursos d'água, mantendo um afastamento mínimo de trinta metros (30 m) destes a título de Área de Preservação Permanente – APP;
- 5.4-** Com vistas a garantir a fixação do solo orgânico disposto e evitar a deflagração de processos erosivos, deverá ser implantado sistema de drenagem no topo e base de cada bancada, de modo a coletar as águas pluviais e conduzi-las para bacias de decantação de sedimentos. Implantar dispositivos dissipadores de energia de fluxo nos locais com declividade elevada;
- 5.5-** Deverá haver monitoramento ambiental, e orientação técnica periódica, para a efetiva reabilitação do sítio antropizado.



ADM 2013 - 2016

Realizando Para Todos



6. Quanto ao Monitoramento Ambiental:

6.1- Deverá ser entregue, anualmente à SMA, relatório da lavra e da execução de medidas de controle ambiental implantado, juntamente com o cronograma atualizado para as atividades a serem desenvolvidas para o ano subsequente, para serem apensados ao processo administrativo no qual foi emitida a presente licença.

7. Quanto à Drenagem:

7.1- O sistema de drenagem para condução das águas superficiais até a bacia de sedimentação, construída na área, deverá ter desobstrução (limpeza) periódica.

8. Quanto aos Óleos Lubrificantes:

8.1- Todo o óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser coletado e destinado à reciclagem por meio do processo de rerrefino; conforme determina a Resolução CONAMA n.º 362, de 23 de junho de 2005, Arts. 1º, 3º e 12;

8.2- Fica proibida a destinação de embalagens plásticas de óleos lubrificantes pós-consumo em aterros urbanos, aterros industriais ou incineração no Estado do Rio Grande do Sul, devendo as mesmas ser destinadas à reciclagem, a ser realizada pelos fabricantes e distribuidores (atacadistas), conforme a Portaria SEMA/FEPAM nº 001/2003, publicada no DOE de 13/05/2003;

8.3- Não é permitida a presença de tanques para armazenamento de produtos químicos, tais como combustíveis e óleos lubrificantes, assim como a execução de atividades de manutenção de veículos e equipamentos na área alvo deste licenciamento.

9. Quanto às emissões atmosféricas:

9.1- Deverão ser implantadas medidas para o controle de poeiras oriundas da operação e trânsito de veículos dentro e fora da área do empreendimento: pavimentação, umectação, etc;

9.2- As caçambas dos caminhões de transporte deverão estar obrigatoriamente cobertas com lonas, evitando assim queda do material transportado ao trafegarem em vias públicas;

9.3- Toda a operação de extração e transporte da rocha deverá estar provida de sistema de abatimento de poeiras de forma a evitar a emissão para a atmosfera;

9.4- As detonações deverão obedecer aos procedimentos técnicos recomendados pela legislação vigente e nas normas da ABNT para detonação em pedreiras. Deverão ser colocadas placas de alerta em locais visíveis onde conste a frequência das detonações e o seu horário, isolamento da área e alerta sonoro antes de cada detonação. Cumprir o que estabelece o Decreto 3.665 de 20 de novembro de 2000, com relação às distâncias mínimas existentes entre as residências, ferrovias, rodovias e os depósitos de explosivos;





Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Pejuçara

9.5- Executar o Plano de Fogo, conforme aprovação do engenheiro de minas Felipe Martins Barcelos Nascimento e com a respectiva ART de execução nº 7266108;

9.6- Cumprir o estabelecido nas normas técnicas da ABNT - NBR 9061 e 9653 para escavação a céu aberto e desmonte com uso de explosivos, respectivamente. Atender a NRM 02 e 16 da Portaria nº 237 do Diretor Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. A área deverá ser sinalizada com placas informando sobre as detonações e seus horários, bem como à restrição da circulação de pessoas estranhas ao local. Os impactos ambientais oriundos do desmonte com explosivos (pressão acústica, vibração, ultra-lançamentos) deverão ser monitorados anualmente, utilizando-se de um sistema com maior segurança possível para minimização destes impactos.

10. Quanto aos resíduos sólidos:

10.1- Os resíduos sólidos gerados deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados para armazenagem temporária na área objeto deste licenciamento, observando a NBR 12.235 e a NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos;

10.2- O empreendedor deverá verificar o licenciamento ambiental das empresas, inclusive Centrais de recebimento de resíduos, para as quais seus resíduos são encaminhados e atentar para o seu cumprimento, pois, conforme o Artigo 9º do Decreto Estadual n.º 38.356 de 01/04/98, a responsabilidade pela destinação adequada dos mesmos é da fonte geradora, independente da contratação de serviços de terceiros;

10.3- Fica proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas pelo Órgão Ambiental Competente.

11. Quanto à Renovação da Licença:

11.1- A renovação da licença de operação (LO) deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do seu prazo de validade (resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, ART. 18 § 4º).

12. Quanto à Publicidade da Licença:

12.1- Deverá ser fixada, em local de fácil visibilidade, placa para divulgação da presente licença, conforme modelo disponível na SMA. A placa deverá ser mantida durante todo o período de vigência desta licença.

Documentos a serem apresentados para a renovação da Licença de Operação - LO

1 - Comprovante de pagamento dos custos dos Serviços de Licenciamento Ambiental, conforme Tabela de Custo disponível na SMA.

2 - Requerimento solicitando a renovação da Licença de Operação;



ADM 2013 - 2016

Realizando Para Todos



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Pejuçara

- 3 - Cópia da licença em vigor;
- 4 - Formulário de “Extração Mineral”, devidamente preenchido e atualizado em todos os seus itens;
- 5 - Cronograma atualizado das atividades licenciadas;
- 6 - Documentação comprobatória atualizada de regularização junto ao DNPM (Registro de Licença);
- 10 - Plano de fogo (uso de explosivos) com ART do responsável técnico pela execução;
- 11 - Planta planialtimétrica, com as coordenadas UTM dos extremos da área licenciada, em escala conveniente, deverão ser delimitando as áreas de preservação permanente (APP), considerando a resolução CONAMA nº 303 de 2002, a delimitação compreenderá as distâncias estabelecidas pela dita resolução e devidamente caracterizadas nos aspectos físico e biótico. Plano de lavra, com plantas e perfis transversais e longitudinais dos cortes, os volumes de estéril e minério envolvidos para a etapa e, ainda, vias de acesso com pontos de referência e coordenadas destes, proposta de avanço da lavra para os próximos 4 anos;
- 12 - Mapa da configuração final da jazida;
- 13 - Documentação dos órgãos responsáveis pela liberação de uso de explosivos (exemplo: Exército);
- 14 - Especificar a frequência do monitoramento da pressão acústica e vibração nas imediações dos locais de detonação x residências;
- 15 - Alvará de corte de vegetação, se for o caso;
- 16 - Relatório operacional anual das atividades licenciadas e medidas de controle ambiental já implantadas (conforme o Plano de Controle Ambiental – PCA - aprovado), contemplando relatório fotográfico de cada etapa;
- 17 - Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do meio físico (Geólogo/Engº. de Minas) e da área de biota (Biólogo/Engº. Agrônomo/Eng. Florestal) de execução das medidas mitigadoras e compensatórias;
- 18 – Comprovante de registro da empresa no CREA RS.

Havendo alteração nos atos constitutivos, o empreendedor deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma a SEMADE, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento.

Esta licença é válida para as condições acima elencadas até 02/02/2020. Em caso de descumprimento de algum prazo estabelecido nesta Licença, a mesma perderá automaticamente a validade. Do mesmo modo, este documento perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade, ou não sejam apresentados ao Departamento de Meio Ambiente os documentos que por ventura foram solicitados no ato de emissão desta licença.



ADM 2013 - 2016

Realizando Para Todos



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Pejuçara

Esta Licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidas pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Esta Licença deverá estar disponível no local do Empreendimento para efeito de fiscalização.

Esta licença é válida para as Condições/Restrições acima no período de:

02/02/2016 à 02/02/2020

Pejuçara/RS, 02 de fevereiro de 2016.

MARCOS VILLANI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL
No Cargo em Exercício de Prefeito

IRINEU PEREIRA DA COSTA
Sec. Mun. de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

FELIPE OBERDORFER
Engenheiro Agrônomo e Licenciador Ambiental



ADM 2013-2016

Realizando Para Todos